

Estudos da Língua(gem)

A arte de traduzir: *traduções e o debate sobre gramática, línguas clássicas, vernáculos europeus, puritas, escritura e costume letrado no Portugal dos séculos XVI a XVIII*

The art of translating: *translations and the debate on grammar, classical languages, european vernaculars, puritas, writing and literate consuetudo in portugal from the 16th to the 18th centuries*

Marcello Moreira*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Brasil)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Milena Pereira Silva*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB/Brasil)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

RESUMO

Este estudo propõe como seu problema o entendimento de duas práticas de tradução concorrentes no Império Português entre os séculos XVI e XVIII: a que defendia ser a boa tradução a que se atinha ao estabelecimento de equivalências lexicais exatas entre o original e o texto traduzido – cabendo, é claro, especificar os limites que as diferenças entre as línguas de partida e de chegada impõem ao próprio ato de traduzir, para além do que cada tradutor compreende ele próprio por e define como tradução *mot à mot* -, e aquela outra, que fixava como sua tarefa a determinação de equipolências entre unidades frásicas ou oracionais. Como se tentará demonstrar ao longo deste estudo, as diferentes práticas de tradução implicam compreensões muito distintas do valor diferencial das línguas de partida e de chegada, considerando-se que os textos de partida estão compostos, no *corpus* por nós constituído, em grego e latim; no valor diferencial das línguas de partida e de chegada, por seu turno, está implicada outra questão: a da querela gramatical sobre a superioridade das línguas clássicas frente às línguas modernas. É a esse conjunto específico de problemas que procuraremos dar uma resposta.

* Sobre os autores ver páginas 151-152.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução. Gramáticas vernaculares. *Puritas*. Costume letrado. Escritura.

ABSTRACT

This study aims at understanding two opposite translation practices in the Portuguese Empire among the 16th and the 18th centuries: one supported that the good translation should focus on setting exact lexical equivalences between the original and the translated text – obviously it's necessary to set the limits that the differences between the source and the target languages impose to the translation act itself, and consider what each translator understands by translation word by word -, and the other which established as its task the determination of equiposes between frasional or oracional unities. As we will try to demonstrate over this study, the diverse translation practices implicate very distinct comprehension of the differential value of the source and target languages, considering that in our corpus the source texts were written in Greek and Latin. In the differential value of the source and target languages it is implied another question: that on the grammatical quarrel about the superiority of the classical languages over the modern ones. Here, we will try to solve this specific set of problems.

KEYWORDS: Translation. Vernacular Grammars. *Puritas*. Literate Consuetudo. Writing.

(I)

Dom Rafael Bluteau, no oitavo tomo de seu *Vocabulário Português e Latino*, ao definir no verbete "tradução" o que se entendia em seu tempo sobre essa arte, nos apresenta as duas práticas tradutórias então possíveis: a que atendia à correspondência entre as palavras do original e as do texto traduzido, e aquela outra fundada na noção de "equipolência": "Tradução: Versão, ou declaração de hum livro, discurso, papel, etc., de hum idioma em outro. As boas traduções não se fazem palavra por palavra, mas por equipolências" (BLUTEAU, 1721, p. 233). Aprende-se com o verbete de Dom Rafael Bluteau que dentre as duas práticas de tradução então possíveis, melhor era aquela fundada na noção de "equipolência"; mas seria esse juízo de fato dominante em princípios do século XVIII e antes? Pode servir-nos de guia para o achado de uma resposta o livro publicado em 1733, que dá à luz duas traduções do tratado histórico composto por Luciano de Samósata, intitulado *Arte histórica de Luciano Samosatino*¹. Nesse livro há duas versões do *Arte histórica*, uma composta por frei Jacinto de São Miguel, e outra, de autoria de Manuel de Santo Antônio, ambos monges da Congregação de São Jerônimo em Portugal. Na dedicatória do livro ao Conde da Ericeira, Dom Francisco Xavier José de Menezes, um dos tradutores, frei Jacinto de São Miguel, expõe a razão para que se publicassem

¹ Um estudo desse livro, sem se ater, contudo, aos problemas de que tratamos em nosso artigo, pode ser encontrado na tese de doutorado intitulada "As notas históricas no poema épico *Vila Rica* de Cláudio Manuel da Costa" de Milena Pereira Silva, defendida em fevereiro de 2017.

em um só volume as duas traduções do mesmo tratado samosatino: frei Manuel de Santo Antônio teria vertido do original grego atendendo ao "pensamento" do autor, sem, no entanto, dar importância à correspondência palavra a palavra entre texto de partida e texto de chegada; já frei Jacinto de São Miguel ateu-se às palavras do original grego e à sua disposição nas frases, mantendo sempre que possível até os "casos dos nomes, os tempos, os modos, e as vozes dos verbos" (SAMÓSATA, 1733). A dedicatória ao Conde da Ericeira pede-lhe que aceite ser juiz e que declare solenemente qual das duas traduções é a melhor, o que terá como consequência decidirem-se os homens doutos sobre a superioridade de uma das duas práticas tradutórias, sendo o juízo do Conde a emissão de decisão que balizará outros juízos. Ainda na dedicatória, frei Jacinto de São Miguel assevera não serem as duas traduções impressas do tratado samosatino "totalmente diversas no sentido", conquanto muito diferentes "nas expressões, e sintaxe" (SAMÓSATA, 1733); não se furtando a emitir um juízo prévio ao do Conde sobre a excelência relativa de cada prática tradutória - embora seja parte interessada e não ceda a própria voz em nenhum momento àquela de seu concorrente -, declara que a tradução que se ocupa do entendimento do pensamento do autor, encontrando para ele "as frases próprias da língua em que se faz a tradução", é "obra muy agradável e útil aos Leitores, porque se deixão arrebatados da clareza, principal propriedade da oração" (SAMÓSATA, 1733). Cabe dizer por ora que esse juízo aparentemente favorável à prática tradutória escolhida por seu oponente respeita à sua acolhida costumeira por parte de uma fração do auditório a que as duas traduções se destinam, sendo a tradução por equipolências pensada como quicá a melhor por ser "clara", principal qualidade elocutiva de um discurso. Mas se é verdade que discursos que se peculiarizam por sua clareza têm maior grau de compreensibilidade, havendo, por conseguinte, uma certa correspondência entre *claritas* e *perspicuitas*, todo discurso é compreensível, conquanto não seja elocutiva e relacionalmente muito claro (*clarus*), a todo bom leitor ou ouvinte: ou seja, os discretos penetram nos *arcana* do texto porque para eles todo texto é elocutivamente claro, já que o tornam dilúcido por sua prática interpretativa que neles penetra extraindo-lhes toda a significação. É nesse sentido que se pode propor como excelente ou melhor a tradução *mot à mot*: nela, não há como censurar o que corriqueiramente se censura em uma tradução, ou seja, a omissão de palavras; mais, abalizados intérpretes de textos gregos e latinos para línguas vernaculares têm seguido a prática de tradução *mot à mot*, bastando lembrar-nos, como o faz frei Jacinto de São Miguel, de homens como Thomas Morus, que, na opinião de "João Benedicto, o mais excelente de quantos interpretarão em Latim a Luciano, [...]" foi "felicíssimo", pois "vertia mais perfeitamente, porque traduzia do Grego palavra por palavra em Latim puro" (SAMÓSATA, 1733). Pode-se então traduzir *mot à mot* do grego e do latim para o português sem que haja vício gramatical? Sim, pode-se, desde que, "se traduzindo por este modo, não falarmos barbaramente, como em alguns interpretes com razão se nota" (SAMÓSATA, 1733). Mas, o que é falar barbaramente e quais os limites do bom uso a ponto de se poder traçar uma fronteira entre usos autorizados e usos bárbaros, seja em nível lexical, seja em nível sintagmático? É desses problemas que nos ocuparemos na próxima seção do estudo.

(II)

Antonio de Nebrija foi o primeiro, como se sabe, a compor uma gramática de língua neolatina na Europa moderna, tendo servido sua *Gramática Castellana*, impressa em 1492, como modelo para a composição de outras gramáticas vernaculares, como se torna evidente pela colação desta com a que foi composta por João de Barros (1540), por exemplo². Na seção da *Gramática Castellana* em que fala da relação entre língua e império, representa um e outro a partir de um lugar comum da tradição retórica antiga, o das idades do homem, o que colore seu discurso de metáforas orgânicas, em que sobressaem as ideias de "infância", "maturidade" ou "plenitude", e "velhice" ou "decrepitude"; independentemente desse ciclo "biológico" a que estão condenados os Estados, o que importa é dar arte à língua, para que esta sobreviva à caída daqueles, de que foram por tempo companheiras, para que as memórias dos feitos e obras perdure, como são prova desta supervivência os escritos gregos e latinos:

Acorde ante todas las otras cosas reduzir en artificio este nuestro language castellano: para que lo que agora & de aqui adelante en el se escriviere pueda quedar en un tenor: e entender se en toda la duracion de los tiempos que está por venir como vemos que se a hecho en la lengua griega & latina: las cuales por aver estado debaxo de arte: aun que sobre ellas an passado muchos siglos: toda via quedan en una uniformidad (LEBRIJA, 1909, sem numeração).

A gramática da língua castelhana que Antonio de Nebrija compõe tem como modelo gramáticas latinas; a modelização gramatical do castelhano a partir da língua latina serve dentre tantos propósitos a tornar evidente sua filiação ao tronco latino, como também sua proximidade com a língua de que deriva, pois quanto maior a proximidade, maior a excelência da língua derivada: ideia essa recorrente nos gramáticos que compuseram artes em castelhano, português, italiano e francês nos séculos XVI e XVII, ideia essa também presente em diálogos e defesas das línguas vernaculares. No diálogo em defesa da língua portuguesa, composto por Pero de Magalhães de Gandavo, por exemplo, a personagem castelhana, Falencio, que fala em sua própria língua, assim resume o estado dessa questão: "Pues como la lengua Latina sea madre delas otras lenguas, y mas copiosa y excelente de todas quantas hay (como sabemos) aquella que mas semeja y propinqua fuere a ella, essa será mejor y mas singular que las otras" (GANDAVO, 1574, sem numeração). Antonio de Nebrija divide sua arte gramatical em duas seções complementares, metódica ou doutrinal e histórica, aquela incumbida da apresentação dos preceitos ou regras, e esta encarregada do fornecimento de usos autorizados, colhidos dos autores ajuizados, nos gêneros por si praticados, autoridades modelares. A seção dita metódica ocupa parte predominante de sua *Gramática*, sendo ela, por conseguinte, preceptiva. A divisão da arte gramatical em Antonio de Nebrija segue aquela de seus modelos

² Entre estudos recentes que empreendem essa colação crítica, sem chegar, no entanto, a conclusões perfeitamente convergentes, ver Buescu (1978) e Leite (2007).

latinos, sendo a primeira delas a ortografia – em que se declara serem quase todas as letras da gramática castelhana as que foram tomadas da gramática latina, pontuando-se as que ou "sobram" ou "faltam"³ –, a segunda, a prosódia, a terceira, a etimologia – que trata da classificação lexical e de flexões nominais e verbais, como tempo, modo, aspecto, voz, caso, gênero e número⁴ –, em que se torna evidente a proximidade do castelhano frente ao grego e ao latim, já que a classificação lexical naquela pouco difere da classificação nestas:

Pues ia la palabra no es otra cosa sino parte dela oracion. Los griegos comun mente distinguen ocho partes dela oracion. Nombre. pronombre. articulo. verbo. participio. preposicion. adverbio. conjuncion. Los latinos no tienen articulo: mas distinguen la interjecion del adverbio: & assi hazen otras ocho partes dela oracion. Nombre. pronombre. verbo. participio. preposicion. adverbio. conjuncion. interjecion. Nos otros con los griegos no distinguiremos la interjecion del adverbio: & añadiremos cõ el articulo el gerũdio: el cual no tienen los griegos: & el nõbre participial infinito: el cual no tienen los griegos ni latinos. Assi que seran por todas diez partes dela oraciõ en el castellano. Nõbre. pronõbre. articulo. verbo. participio. gerũdio. nõbre participial infinito. preposiõ. adverbio. cõjuncion (LEBRIJA, 1909, sem numeração).

A quarta e última parte da divisão da arte gramatical, como estabelecida por Nebrija, refere-se à sintaxe⁵. Se o impacto da gramática latina se deixa ver já no nível da ortografia, ela se torna mais patente caso consideremos a terceira divisão gramatical, ou seja, a etimologia⁶. Ao tratar do nome, Antonio de Nebrija define-o referindo ser ele palavra que se declina por casos, sem tempo: "Nombre es una delas diez partes dela oracion que se declina por casos sin tiempos: significa cuerpo o cosa. Digo cuerpo como ombre.

³ Ver LEBRIJA, Antonio. Op. cit., sem indicação do número de página: "E porque las letras de que nos otros usamos fuerõ tomadas del latin: veamos primero quãtas son las letras que estan en el uso de la lengua latina: & si de aquellas sobran o faltan algunas [...]".

⁴ Na *Gramática Castellana* de Antonio de Nebrija e na *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros o estudo da etimologia acaba por implicar aquele da sintaxe, pois se as palavras são sempre classificadas na etimologia isoladamente, ao decliná-las o gramático já as aprecia segundo as possibilidades de seus nexos relacionais, ou seja, vê-as em grupo; desse modo, a ideia de "discurso" subjaz obrigatoriamente àquela de "sintaxe" e esta acaba por pressupor a seu turno a operação de seleção no plano do vocabulário, e, portanto, da etimologia, e o da combinação, no plano da frase e do discurso *in fieri*.

⁵ Na *Grammatica da lingua Portuguesa*, de João de Barros, a partição lexical monta a um total de nove divisões, sendo elas as seguintes: "Artigo, que e próprio dos Graegos e Hebreus, Nome, Pronome, Verbo, Adverbio, Participio, Cõiuçam, Preposiçam, Interieçam, que tem os Latinos" (BARROS, 1540, p. 2v).

⁶ Em João de Barros, que toma como modelo Antonio de Nebrija, a divisão da arte gramatical em quatro seções é idêntica: os Latinos "partem a sua Grammatica em quatro partes, em Ortografia, que trata de letera, em Prosodia, que trata de syllaba, em Ethimologia, que trata da diçam e em Sintaxis, a que respondem a cõstruçam, á imitação dos quães, (por termos as suas partes) dividimos a nossa Grãmatica" BARROS, 1540, p. 2v).

pedra. arbol. Digo cosa como dios. anima. gramatica"⁷ (LEBRIJA, 1909). Essa mesma asserção se encontra na *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros, em que há a apresentação tabular da "declinação" dos nomes, como se se declinassem casualmente como em latim, conquanto paradoxalmente sem desinências casuais. Basta observar que em sua definição de "declinação" João de Barros especifica que esta nada mais é em português do que a variação do artigo que se encontra adjunto: "Declinaçám acerca de nossa linguagem quer dizer uariaçám por que quando uariamos no nome de hũ caso ao outro em o seu artigo, entã ô declinamos, como se póde ver nestas duas declinações" (BARROS, 1540, p. 13):

Figura 1 - Declinação do nome na língua portuguesa segundo João de Barros

Primeira declinaçám.		a. e. i. o. u.	
Numero	Singulár	Numero	Plurár.
Nominatiuo	a rainha	Nominatiuo	as rainhas
Genitiuo	da rainha	Genitiuo	das rainhas
Datiuo	á rainha	Datiuo	as rainhas
Accusatiuo	a rainha	Accusatiuo	ás rainhas
Vocatiuo	ó rainha	Vocatiuo	ó rainhas
Ablatiuo	da rainha	Ablatiuo	das rainhas

(Fonte: BARROS, 1540, p. 13).

É por razão dessa excessiva dependência da gramática espanhola e portuguesa frente ao modelo gramatical latino que surgem protestos como o de Cristóbal de Villalón, para quem a *Gramática Castellana* de Antonio de Nebrija é antes "tradução" da gramática latina, mas não arte em que se pense o castelhano como sistema linguístico autônomo, com uma *puritas* própria, equivalente da *latinitas*, mas distinta dela fonética, morfológica e sintaticamente. Ao declarar que em castelhano não há declinação, como o fizeram Antonio de Nebrija e João de Barros, aponta para uma ordem sintática não dependente de um sistema casual, o que muda radicalmente a possibilidade de haver uma disposição lexical em grego e latim, de um lado, e em castelhano e português, de outro, de tipo paralelístico ou correspondente:

⁷ Essa definição de "nome" é encontrável em muitas outras obras gramaticais dos séculos XVI e XVII, em italiano, inglês, português e francês, como, por exemplo, em Robert Estienne: "Les nomes, sont les mots qui signifient vng corps ou chose qu'on peut toucher & veoir, comme, Liure, Arbre: ou chose qui ne peult estre touche ne veue, comme Vertu, Esprit, Dieu" (ESTIENNE, 1557, p. 13), ou ainda em João de Barros: "Nome (segũdo a difinçã das grammaticas): é aquella que se declina por casos sem tempo sinificãdo sempre algũa cousa que tenha corpo ou sem corpo. Que tenha corpo: como, homem, páo, pedra. Sem corpo, Grãmatica, ciência, doutrina" (BARROS, 1540, p. 5r).

Porque si el Latino tiene el nominatiuo para nombrar, y enel genitivo pone la cosa cuya es, y enel datiuo pone a quien algo damos. Y enel ablatiuo al que algo quitamos. Aunque todo esto aya y se ofrezca en la clausula castellana, esto es de notar, que el Latino lo differencia y lo muestra por la letra postrera de la declinaçion. Y pues el vocablo castellano por ninguna mudança de sentença ni manera, ni proposito de hablar no haze variaçion de letra final digo que la differencia de los casos se muestra en la lengua castellana por differencias de artículos a que va arrimado el nombre ala continua en su pronunçiaçion. Ansi como acontece que enel nominativo dezimos en castellano, Pedro: y enel genitiuo, de Pedro: y enel datiuo, para Pedro: y enel acusatiuo, a Pedro: y enel uocatiuo, o Pedro: y enel ablatiuo dezimos: esto quite a Pedro (VILLALÓN, 1558, sem numeraçãõ).

O modelo gramatical grego e latino, no entanto, está de tal modo associado à ideia de possibilidade de redução da língua à arte, que o próprio Cristóbal de Villalón acaba por afirmar que uma das razões para manter os homens sábios afastados da tarefa de gramatização da língua castelhana é o não haver nela declinação por meio da qual se possa tratar de forma regrada a ordem da construção, como se a construção em línguas declináveis fosse por excelência a única forma regrada de se construir – conclusão totalmente contraditória frente àquela que preconiza a autonomia linguística dos vernáculos europeus:

Y creo yo, que una delas cosas, y aun la mas principal que ha apartado los hombres sabios de reducir esta lengua Castellana al arte, es esta: no tener la lengua declinaçion para tratar por reglas el orden de la construçion (VILLALÓN, 1558, sem numeraçãõ).

Deriva provavelmente desta crença - a de que línguas não-declináveis são mais difíceis de serem regradas no que concerne à sua construção - a afirmação de que a maior dificuldade para quem se propõe aprender a língua castelhana ou que se põe a escrever valendo-se dela é o bem ordenar uma "cláusula", a que os latinos chamam oração, sem o cometimento de quaisquer tipos de barbarismo: "Es de notar, que toda dificultad de la lengua Castellana esta en saber bien ordenar una clausula que llama el Latino, Oraçion, sin que enella se cometa barbarismo, o incongruidad dela lengua" (VILLALÓN, 1558, p. 51). Quanto à pureza ou correção da oração (*puritas*), esta tem de ser observada considerando-se as palavras isoladamente ou relacionalmente no âmbito do sintagma. Corpos vocabulares que atendem à *puritas* são aqueles não pertencentes a outras línguas ("Palabra pura Castellana sera sino fuera traída nueuamente de otras lenguas" (VILLALÓN, 1558, p. 52)), porque, mesmo que a palavra seja de origem latina, sua mistura com o castelhano dá origem ao que os doutos antigos chamavam de "macarrônica", ou seja, bárbara:

[...] porque aunque sea Latina la tal palabra no la aprobamos: porque no es buena mezcla de Castellano y Latin, ni de outra lengua alguna por estimada que sea entre los hombres: que la tal manera de hablar por ser barbara la llamaron los doctos antigos, Macarronea (VILLALÓN, 1558, p. 52).

Uso bárbaro de corpos de palavra também ocorre quando um vocábulo considerado em si mesmo próprio se torna vicioso por lhe acrescentarmos, retirarmos ou mudarmos letra ou sílaba fora do comum uso da língua, encontrando-se a justificação desses referidos procedimentos no ornato, regrado pela doutrina da elocução. Basta que nos recordemos dos metaplasmos, empregados para a produção de "estranhamento parcial dos corpos de palavra", estudados sob as figuras gramaticais, "visto que a composição fonética do corpo de palavra é assunto da gramática", para que fiquem claras as implicações gramaticais do próprio ornato e da retórica em geral. É preciso também entender que se a mistura de corpos de palavra latinos dá origem ao barbarismo linguístico, não se pode pensar, seguindo-se o arrazoado de Cristóbal de Villalón, que se possa misturar costumes sintáticos diferentes sem que haja barbarização sintagmática.

Quando nos deparamos com a prática tradutória que leva a efeito a tradução atendendo-se à prescrição *mot à mot*, o que implica a transposição do costume sintático de uma língua como o latim para uma outra língua, que tem estrutura sintagmática muito diversa – por exemplo, o costume sintático latino de gênero com elocução pedestre, como a do tratado didático, para seu correspondente traduzido em português –, considera-se, parece-nos óbvio, como *endoxon* a ser atendido, a superioridade do modelo sintático das línguas clássicas, seu caráter matricial para as línguas neolatinas, seu caráter modelar em termos de práticas letradas e a necessidade de emulação delas – a despeito de haver doutrinas gramaticais que se opõem a essa compreensão, como o são a de Fernão de Oliveira e a de Cristóbal de Villalón, centradas na ideia de uma autonomização da *puritas* vernacular frente àquela das línguas clássicas.

Antonio de Nebrija, João de Barros e todos os gramáticos dos séculos XVI e XVII sabem que é pelo menos no plano da frase que se opera a significação, pois é nela que se realizam a equivocidade - "digo 'está frio aqui' para significar que aqui está frio" ou "enuncio a mesma frase para dar a entender que é preciso fechar a janela" (TODOROV, 1980, p. 16) –, a coordenação, a subordinação, a predicação, a determinação, a generalização, a inferência e praticamente todos os tropos e figuras: é em seu âmbito que se estuda na retórica antiga a relação entre sujeito e atributo, e entre, analogamente, sentido próprio e sentido figurado. É ainda no âmbito da sintaxe – frase, oração, período - que se efetua a atividade de produção do discurso e simetricamente o de sua recepção, o que relaciona retórica e hermenêutica, pois toda compreensão é a inversão de um ato de fala (TODOROV, 1980, p. 20). Tzvetan Todorov, ao referir a vasta tipologia de discursos dos séculos XIX e XX, dizia que a "escolha entre todas as possibilidades oferecidas à produção textual, têm o seu correspondente nas estratégias interpretativas, ou maneiras de ler, codificadas pelas diferentes escolas exegéticas"; essa tipologia fundava-se em grandes partições genéricas como lírico, científico, epistolar, didático e

histórico, partições essas que não recobrem o que se entendia por gênero nos séculos XVI e XVII e a noção de "costume" que lhe era associada. Não há, no século XVII, "o lírico", mas gêneros poéticos numerosos, com costumes que lhes são próprios, e que serão reunidos a posteriori entre os gêneros altos, doutrinados por Aristóteles em sua *Poética* (1995, p. 39-41), como a tragédia e o poema heroico, e os gêneros baixos, ligados ao cômico (HANSEN, 2003, 2011). Se há gêneros ligados à vocalidade e à performance – como a sátira –, em que o remanejamento do texto pela voz e pela performance é constitutivo do costume, há outros em que a variação textual é fruto da intervenção pela escritura, como líras e sonetos, objeto de estudos realizados por nós e já publicados, a que remetemos o leitor. A tradução *mot à mot* é operação escriturária, é operação de transposição de costume letrado, e, portanto, gramatical, de uma língua para outra língua, e que encontra respaldo em correntes que doutrinam a arte gramatical nos séculos XVI e XVII. Demonstrar seu procedimento é o que empreendemos a seguir.

(III)

Pode-se dizer que na prática de tradução *mot à mot* o segmento textual interpretável e o discurso interpretável como um todo exercem uma forte coerção sobre a interpretação, não havendo uma simples produção de correspondências lexicais entre dois idiomas sem concomitante observância das potencialidades sintagmáticas da língua interpretante e do caráter modelar do discurso interpretável. O tradutor da tradução *mot à mot*, desse modo, não é preguiçoso, não é aquele que não se quer dar ao trabalho de encontrar no que lê o pensamento do autor; antes, contrariamente àquele que pouco conhece das letras humanas, dos gêneros praticados por antigos e modernos, e do costume de cada um deles, não pensa a gramática da língua portuguesa como independente dos gêneros de discurso que nela se articulam ao tempo em que a articulam, e, por essa razão, sabe que não há costume gramatical que se poderia pensar de forma tabular e exterior a todo discurso. Quando ele pensa: O que é bárbaro?, só o faz articulando gramática e uso, ponderando o que é próprio para este discurso que ora se compõe, mas que talvez seja impróprio para um outro gênero que poderia compor-se atendendo-se a outras injunções obrigadas pelo preceito. O texto interpretável é também ele modelo de escritura, que ensina o decoro a ser atendido naquele gênero particular que ele efetua em suas linhas; se é um outro frente ao interpretante, é um outro que modeliza o interpretante e que por conseguinte o interpreta mais do que é por ele interpretado. Ser interpretado pelo interpretável é evidência da autoridade do modelo, é considerar sua invenção, disposição e elocução elementos a serem mimetizados pelo interpretante; na ordem dos sintagmas constituintes do discurso que se compõe à medida que se traduz, uma dupla identidade é produzida, associada às ideias de tempo e de história: de um lado, há os antigos, o que o interpretante toma como objeto, e, de outro, o interpretável; o moderno produz o antigo como uma projeção temporal, que aponta sempre para um antes, mas essa anterioridade se presentifica na operação escriturária como operação de modelização do moderno pelo antigo, de que deriva sua autoridade. O antigo é uma autoridade e um modelo a que o presente se esforça por reverter-se. O outro é aquele a que devo aderir, é aquele que tem de me fiar

à medida que me fio aderindo-me a ele (CERTEAU, 1986, p. 67-79). Essa operação tradutória baseada no *mot à mot* torna evidente um implícito que ajuíza o que se traduz e ao mesmo tempo a prática tradutória que visa a se ocupar dos pensamentos do autor, implícito que se explicita na forma de uma interrogação: pode-se traduzir sem adesão ao costume que regra a produção de um dado gênero, ou seja, pode-se produzir sempre que se quer uma língua nova, novidade que passa a dizer respeito ao próprio gênero cujo costume foi rompido pela novidade linguageira? Traduzir significa deixar falar o próprio autor: o que se coloca no foco do procedimento de traduzir é ao mesmo tempo uma *parole* (este discurso que ora é meu objeto de tradução) e uma *langue* (o costume de um gênero está presente em muitos discursos que o atualizam e que ao o atualizarem só o fazem parcialmente, restando sempre um *surplus* como pura potência). Mas a tradução *mot à mot* é ao mesmo tempo uma operação de espelhamento, em que só posso ver realmente a bela face da língua que falo quando ela me é mostrada sobreposta e confundida com a face daquela outra língua que ela busca incansavelmente especularizar. Sendo a tradução *mot à mot* espécie de consumo cultural, ela, como leitura e como escritura, não é passiva; a sujeição do interpretante frente ao interpretável requer uma complexa operação em que a ordem da língua tem de ser repensada a cada nova correspondência lexical e a cada novo acréscimo à tessitura do sintagma. Se práticas de leitura não se caracterizam normalmente pela submissão do consumidor à "onipotência da mensagem ideológica e/ou estética", podendo-se dizer que elas "autorizam [...] reapropriação, desvio, desconfiança ou resistência" (CHARTIER, 2002, p. 53), é preciso hipotetizar que pode haver práticas que se articulam como adesão, tradição, costume, confiança e espelhamento, de que deriva uma importante resultante: o tradutor reconhece na historicidade de uma prática escriturária o costume vivo a que deve aderir, não concebendo seu ato de compor um dado gênero como distinto daquele que originou seu modelo. Se nos lembrarmos que a *puritas*, que os latinos chamavam de *latinitas*, é a "correção (*recte loqui*) idiomática do discurso", isto é, discurso "concordante com o sistema da língua em questão", e que se expressa, por conseguinte, nos "usos atuais da língua", a tradução que se atém aos pensamentos do autor, mas não ao seu discurso particular, propõe-se re-produzir em português um estilo – o pedestre do gênero didático, caso dos tratados que ensinam uma arte –, pensando o "chão" da elocução como a resultante do atendimento a um uso atual da própria língua portuguesa; como o estilo pedestre o é porque é composto com *verba propria*, tanto *in verbis singulis* quanto *in verbis conjunctis*, a observância do uso sintático, em gêneros em que não deve haver uma elocução ornada, é condição da consecução do pedestrianismo; nesse sentido, a elocução e o seus estilos não são pensados primeiramente e sobretudo como práticas escriturárias e como modelos de escritura, mas como fruto de uma *ars bene loquendi* (em atendimento à gramática) e de uma *ars bene dicendi* (em atendimento à retórica), em que subsiste a voz ou pelo menos um efeito de presença dela. Atenhamo-nos a uma das primeiras artes de traduzir compostas na Europa do século XVI, aquela de Estienne Dolet, impressa em 1540. Nela, Estienne Dolet apresenta-nos cinco preceitos que segundo ele devem ser atendidos obrigatoriamente por todo aquele que deseje efetuar uma excelente tradução. Em primeiro lugar, é preciso que o tradutor compreenda perfeitamente a "matéria" de que trata o autor cuja obra será traduzida:

En premier lieu, il fault, que le traducteur entende parfaitement le sens, et matiere de l'auteur, qu'il traduit: car par ceste intelligence il ne sera iamais obscur en sa traduction [...] (DOLET, 1540, p. 11).⁸

O segundo preceito que nos apresenta concerne a saber com perfeição a língua em que está escrita a obra que se propõe traduzir e também aquela em que pretende verter o original:

La seconde chose, qui est requise en traduction, c'est, que le traducteur, ait parfaite congoissance de la langue de l'auteur, qu'il traduit: & soit pareillement excelent en la langue, en laquelle il se mect a traduire. [...] Entends que chacune langue a ses propriétés, translations en diction, locutions, subtilités, & vehemens à elle particulière. Lesquelles si le traducteur ignore, il faict tort à l'auteur, qu'il traduit: & aussi à la langue, en laquelle il le tourne [...] (DOLET, 1540, p. 12).⁹

O terceiro preceito é o que mais nos interessa, já que respeita à prática da tradução *mot à mot*, pelo menos à compreensão que se tinha dela na primeira metade do século XVI; enfatizar o momento da duração em que o tratado de Estienne Dolet foi composto é importante, porque nos permite hipotetizar que a defesa da tradução que interpreta os pensamentos do autor, sem se ater às suas palavras, sem tentar achar para cada uma delas a exata correspondência na língua interpretante e a concomitante manutenção da ordem lexical, é procedimento que se dá ao tempo da defesa e da ilustração dos vernáculos europeus, no momento em que eram gramaticalizados. Vejamos o que nos diz Estienne Dolet:

Le tiers poinct est, qu'en traduisant il ne se fault pas asseruir iusques à la, que lon rend mot pour mot. Et si aulcun le faict, cela luy procede de paureté, & default d'esprit. Car s'il a les qualités dessusdictes (lesquelles il est besoing estre en ung bon traducteur) sans auoir esgard à l'ordre des mots il s'arrestera aux sentences, & fera en sorte, que l'intention de l'auteur sera exprimée gardant

⁸ Em primeiro lugar, é necessário que o tradutor entenda perfeitamente o sentido e a matéria do autor que ele traduz: já que pela inteligência deles não será jamais obscuro em sua tradução (Tradução livre).

⁹ A segunda coisa que é necessária em tradução, é que o tradutor tenha perfeito conhecimento da língua do autor que ele traduz: e que seja igualmente excelente na língua, em que se põe a traduzir. [...] Entende que cada língua tem suas propriedades, translações em dicções, locuções, sutilezas e veemências a ela particulares, as quais, se o tradutor as ignora, faz torto ao autor que traduz, e também à língua para a qual o verte [...] (Tradução livre).

curieusement la propriété de l'une, & l'autre langue (DOLET, 1540, p. 13).¹⁰

Não se deve traduzir palavra a palavra, porque deste modo agem somente os tolos, os que depravam o pensamento do autor ao depravar primeiramente uma e outra língua com que laboram:

C'est asscauoir, qu'ilz sont si sots, qu'ilz s'efforcent de rendre ligne pour ligne, ou uers pour uers. Par laquelle erreur ilz depraient souuent le sens de l'auteur, qu'ilz traduisent, & n'expriment la grace, & perfection de l'une, & l'autre langue (DOLET, 1540, p. 13).¹¹

O quarto preceito diz respeito à propriedade da apropriação de vocábulos latinos e gregos, quando se faz uma tradução para o vernáculo de obras escritas em quaisquer umas dessas línguas; como se sabe, como a *copia verborum* do latim e do grego é maior do que a dos vernáculos europeus, há tendência à inovação lexical, com acréscimo de dicções oriundas dessas duas línguas: Estienne Dolet recomenda que só se façam empréstimos lexicais quando absolutamente necessários, preceito esse que contraria a tradição gramatical ibérica dominante, que crê poder-se incrementar a *copia verborum* do português e do espanhol por meio de latinismos e grecismos :

La quatrieme regle, que ie ueulx bailler en cest endroit, est plus à obseruer en langues non reduictes en art, qu'en aultres. L'appelle langues non reduictes encores en art certain, & repceu: comme est la Francoyse, l'Italienne, l'Hespaignole, celle d'Allemaigne, d'Angleterre, & aultres vulgaires. S'il aduient dôcques, que tu traduis esquelque Livre Latin en ycelles (mesmement en la Francoyse) il te fault garder d'usurper mots trop approachans du Latin, & peu usités par le passé: mais cõtente toy du commun, sans innouer alcunes dictions follement, & par curiosité reprehensible (DOLET, 1540, p. 14).¹²

¹⁰ O terceiro ponto diz respeito a traduzir sem se sujeitar a uma tradução palavra a palavra. E se alguém assim o faz, procede por pobreza ou falta de espírito. Porque se o tradutor têm as qualidades de que se falou acima (as quais são necessárias a um bom tradutor), sem se ater à ordem das palavras, ele prestará atenção às sentenças, e fará de sorte, que a intenção do autor seja expressa guardando-se ao mesmo tempo a propriedade de uma e de outra língua (Tradução livre).

¹¹ A saber, que eles são tão tolos, que se esforçam por traduzir linha a linha ou verso a verso. Por este erro eles corrompem frequentemente o sentido do autor, que eles traduzem, e não exprimem a graça e a perfeição de uma e outra língua (Tradução livre).

¹² A quarta regra que quero propor aqui deve ser sobretudo observada em línguas não reduzidas à arte. Chamo línguas não reduzidas à arte aquelas, como a Francesa, a Italiana, a Espanhola, a da Inglaterra, e outras vulgares. Se for preciso que traduzas qualquer livro latino em alguma delas (mesmo a Francesa), faz-se necessário evitar usurpar vocábulos muito próximos do Latim e pouco usados no passado: contenta-te com os vocábulos comuns, sem inovar de forma tola algumas dicções, por pura curiosidade repreensível (Tradução livre).

O quinto e último preceito diz respeito à ordem dos vocábulos na oração e concerne, portanto, ao costume e também à elocução; a ordem deve sempre para Dolet atender à *puritas* de uma dada língua, não havendo como propor uma possível equivalência entre a ordem lexical no sintagma do latim ou do grego, de um lado, e a do francês, de outro:

Car pense tu, que ce soict asses d'auoir la diction propre, & elegante, sans une bonne copulation des mots: Ie t'aduisse, que c'est aultant que d'ung mõeau de diuerses pierres precieuses mal ordonées: lesquelles ne peuuent auoir leur lustre, à cause d'une collocation impertinente. [...] En somme, c'est peu de la splendeur des mots, si l'ordre, & collocation d'yceulx n'est telle, qu'il appartient (DOLET, 1540, p. 15).¹³

Os excertos acima apresentados de Estienne Dolet permitem-nos separar duas doutrinas, uma propriamente hermenêutica, a outra gramatical, que norteiam sua proposta de uma "arte de traduzir": 1) preceitua-se que não se deve traduzir *mot à mot*, e tal proposição respalda-se na vetusta autoridade de Cícero e em suas palavras que se tornaram praticamente irrefutáveis na tradição de tessitura de comentários a obras antigas durante os séculos medievais e naquela complementar de produzir traduções delas – "*non verbum pro verbo*" (CÍCERO, 1949, 5, 14-15); 2) O preceito de não traduzir *mot à mot*, por outro lado, é interpretado como uma necessidade de atendimento à *puritas* da gramática francesa, cuja correspondência lexical com a língua latina não é totalmente possível, a despeito de ser o francês uma língua neolatina; além disso, a ordem dos corpos de palavra franceses no sintagma não é a mesma que se poderia esperar encontrar em um sintagma latino. A ordem das palavras em latim, mesmo considerando gêneros de elocução pedestre, não estão na ordem que se diria "direta", própria das línguas neolatinas: traduzir *mot à mot*, para Estienne Dolet, significa tornar o que é pedestre, em uma língua como o latim, estrutura por necessidade "ornada", na língua interpretante, porque marcada pela presença de figuras, sobretudo de construção (anástrofe, hipérbato etc.), que explicariam o desvio frente ao costume sintagmático, e, segundo essa lógica linguageira, que entende o costume e o pedestrianismo como resultantes do uso vivo e cotidiano da língua em atos comunicacionais, não pode haver tradução *mot à mot* que atenda ao mesmo tempo ao decoro do uso das línguas de partida e de chegada em discursos particulares, efetuados segundo a preceituação de gêneros.

Uma história crítica de como língua, prática letrada e costume poético articulam-se, pode ser encontrada em dois livros excepcionais, que têm como matéria, um, a tradição poética latina, e, o outro, a formação de um campo poético românico na Europa medieval. Falamos, é claro, de Ernst Robert Curtius, ou melhor, de seu *Literatura Europeia e Idade Média Latina* (1957), que,

¹³ Pensas, que é bastante haver dicções próprias e elegantes, sem uma boa copulação dos vocábulos?: Aviso-te, que isso é apenas um monte de diversas pedras preciosas mal ordenadas, que não podem ter lustre por causa de uma colocação impertinente (Tradução livre).

mais do que uma *Toposforschung*, é uma história das apropriações e atualizações de modelos escriturários latinos durante os longos séculos medievais, em que se manteve o latim como língua de cultura escrita (há uma tradição letrada latina e há o costume dos gêneros de escritura latina, em que está implicada uma gramática e sua *puritas*), e do livro de Paul Zumthor, *Essai de poétique médiévale* (1972), que trata ao mesmo tempo da emergência de uma poética vernacular na Idade Média Europeia e de uma concomitante gramatização pela poética das línguas em que poemas eram produzidos segundo o costume genérico em formação, o que também implica língua, gramática e *puritas* (conquanto seja preciso dizer que um costume poético, o latino, está fortemente aderido à escritura¹⁴, enquanto o outro, o vernacular, está pendente sobretudo da voz).

Pode-se hipotetizar aqui que as doutrinas gramaticais que pensam a gramatização dos vernáculos europeus como uma certa modelização sua a partir necessariamente do grego e do latim e que postulam ao mesmo tempo que maior é a perfeição desses vernáculos quanto mais próximos estiverem do latim, defendem implicitamente não só uma estreita proximidade gramatical entre duas línguas, mas também a possibilidade de pensar que modelos de escritura, que são modelos linguísticos, podem e devem ser modelares para as línguas vernaculares que desejem ilustrar-se por sua adesão à língua latina. Não se deve ler, portanto, o *Dialogo que adiante se segue em defençam da mesma lingua* (portuguesa), de Pero de Magalhães de Gandavo, em que se defende o lustre do português por sua adesão ao latim, como uma cegueira gramatical, em que se empreende um esforço inglório de latinizar aquele sem se levar em conta sua *puritas*; quando Pero de Magalhães de Gandavo assevera que o latim favoreceu o português, já que dele "todos estes nossos vocabulos, ou a mayor parte d'elles trazem sua origem", e que "naqueles em que seguimos o latim, não ha que reprender, pois claramente se vê que quanto mais a elle nos chegamos, tanto melhor parecem & mais authorizada fica nossa linguagem" (GANDAVO, 1574, sem numeração), ele postula que a proximidade entre os dois sistemas é condição da ilustração das Letras, porque se pode por essa mesma proximidade produzir em português o que se produziu em latim. Pero de Magalhães de Gandavo reconhece que há gêneros letrados que são compostos preferencialmente em uma dada língua, mas não em outra, o que implica, caso se queira ser excelente na composição desses gêneros, ter de saber a língua em que ele costumeiramente se efetua, para se poder efetua-lo nela, sendo caso paradigmático dessa relação entre língua e costume genérico aquele referido por Pero de Magalhães de Gandavo, em que "naturalmente" parecem associar-se "castelhano" e "trovas redondas":

Porque haveis de saber que cada lingua per si tem hum estylo mais proprio, & em que melhor parece, como he, a Grega nos versos, a Latina nas orações, a Toscana nos sonetos, a Portuguesa nas comedias em prosa e no verso heroyco, a Castelhana nas trouas redondas & garridas que

¹⁴ É quase consensual o juízo segundo o qual os gêneros poéticos latinos, praticados durante os séculos medievais e também durante os séculos XVI e XVII, estavam fortemente regrados por modelos escriturários: "Apart from the association of Latin with rhetoric as an art, this last mentioned fact, that Latin was totally controlled by writing no matter how much it was used for speech [...]" (ONG, 1965, p. 147).

naturalmente parecem feitas e inuentadas para ella. E daqui veo a muitos Portugueses vendo quã bem parecia neste estylo, & que nella se achaua mais facilmente cõsoantes pera verso, exercitarem na por seu passatempo em eglogas, canções, elegias, & cantos pastoris: que são materias leues, & acomodadas ao estylo da mesma lingua (GANDAVO, 1574, sem numeração).

Há, contudo, sempre a possibilidade de que uma língua adira ao costume de uma outra língua, mimetizando-a em sua efetuação discursiva, que é, em termos letrados, efetuação genérica. Se, como se disse, as defesas e ilustrações da língua portuguesa e as gramáticas de nossa língua, que concebem o costume linguístico como o uso dos "barões doutos", propõem, mesmo que implicitamente, costume e uso como atualizações do sistema linguístico em cenas predominantemente orais-aurais, em que se efetuam trocas comunicacionais – ideia central da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536) –, por outro lado propor tradução *mot à mot* implica apagar um costume linguístico pensado em cenas enunciativas, em que dominam o oral-aural, e tornar atual, como costume genérico, e, por conseguinte, linguístico, o modelo latino que se imita e que modela as atualizações dele. Isso vale tanto para as imitações de gêneros letrados latinos quanto para traduções de textos latinos, em que a aderência ao modelo é condição de emulá-lo. Nesse sentido, categorias como "imitação", "emulação" e "tradução", que tornam historicamente lúcidas práticas letradas próprias do antigo Estado português, não podem ser simplesmente ignoradas ou postas de lado caso se queira empreender um estudo histórico da poética dos séculos XVI e XVII. Se essas categorias são importantes para o entendimento da poética dos séculos XVI e XVII, como já o demonstraram autores da importância de João Adolfo Hansen (1989), Alcir Pécora (1994) e Maria do Socorro Fernandes de Carvalho (2007), dentre outros, não se pode, por razões óbvias, aceitar asserções como a de R. R. Bolgar – endossado por Walter Ong, dentre outros –, que, em seu *The Classical Heritage and Its Beneficiaries* (1954), declara que a prática corrente entre os humanistas era desmembrar os clássicos e unir as partes em novas configurações de sentido, o que lhes possibilitou transferir o melhor da herança clássica aos tempos modernos pelo procedimento de decomposição e recomposição de textos – embora essa prática fosse parte dos usos quinhentistas e seiscentistas da herança legada pelos antigos. É importante ressaltar que a tradução *mot à mot* articula-se com práticas letradas do antigo Estado português, em que "imitação" e "emulação" eram categorias centrais da produtividade discursiva. Caso nos recordemos de que o latim, e, em menor medida, grego e hebreu, eram línguas ensinadas por meio da frequência ao sistema escolar, e, sobretudo, universitário – colégios trilingues de Louvain, Salamanca e Alcalá, por exemplo –, e que o primeiro era língua de leitura, escritura e de produção de toda reflexão filosófica e científica, sabê-lo implicava pertencimento ao mundo dos letrados; sabê-lo implicava poder conhecer a herança dos antigos; sabê-lo implicava poder imitar e emular os antigos e os autores modernos que já os tinham imitado e emulado; sabê-lo implicava poder participar ativamente da discussão sobre o que seria melhor em termos de costume letrado: 1) pensar os gêneros antigos e seu *decus* a partir de uma

reflexão gramatical sobre o vernáculo, sua *puritas* e a adequação desta a cada gênero que passa a ser então praticado (epigrama, elegia, ode, tratados didáticos etc.), pensando-se na transposição do costume de uma língua para outra; 2) pensar, contrariamente ao que se acabou de dizer, que o costume genérico dos gêneros antigos tinha de se manter por meio de "decalque", em que língua especularizava língua, em que discurso era reflexão de discurso: prática respaldada por um conhecimento ativo e atual do que fora, a Antiguidade, e de tudo o que a atualizava, e da possibilidade de reconhecimento dos modelos nas muitas modelizações deles - esse prazer, oriundo do conhecimento dos modelos, do reconhecimento nas imitações e emulações do costume antigo, dos jogos intertextuais e paragramáticos, como diria Julia Kristeva (2005, p. 185), estava na base de operações de clivagem cultural e política, e funcionava paralelamente a outros mecanismos de diferenciação, como a poesia de agudeza (HANSEN, 2006). Pode-se pensar que a visada que associava costume genérico, no campo da poética, a modelos antigos em que esse costume primeiramente se efetuou, foi reforçada pelo ensino do latim em ambiência humanista, em que, como afirma Walter Ong (1959, p. 113), "only 'correct' classical Latin should be spoken, even by small boys beginning the language", o que familiarizava o estudante desde a mais tenra idade com modelos genéricos antigos, tanto gregos quanto latinos. A oposição entre as duas práticas tradutórias de que vimos tratando, a que traduz *mot à mot* o texto de partida, e a que se propõe compreender/interpretar os pensamentos do autor para somente depois traduzi-los, remetem, como já se disse, uma, a um modelo que é predominantemente senão exclusivamente escriturário, e a outra, a cenas de enunciação em que há ainda fortes vestígios de elementos orais-aurais. Mas o que essas duas práticas tradutórias parecem significar, no binarismo em que comparecem no verbete do dicionário de Rafael Bluteau - binarismo que parece estender-se de Cícero aos tradutores portugueses do início do século XVIII -, é a existência transistórica de duas práticas, que tornariam evidentes ideias como as de "continuidade" histórica ou de homeostase? Lembremo-nos apenas com Paul Veyne, ao ler Michel Foucault, que assim como não há "o Estado", "o governante", "o governado", mas determinações ou objetivações históricas deles (VEYNE, 1994), assim também não há "a tradução", mesmo que esta seja compreendida como prática opositiva, *mot à mot* ou interpretando-se os pensamentos do autor, simplesmente porque traduzir, por exemplo, *mot à mot*, implica, para que ela venha a ter qualquer espessura histórica, determinação. Pode-se hipotetizar aqui que a tradução *mot à mot*, tal como efetuada por frei Jacinto de São Miguel, que, para além de tradutor, também é religioso, ou seja, um especialista na interpretação da palavra de Deus - e, como diz Jack Goody (1996, p. 38), "As a mediator he has a unique link to God whose Word he is often able to read" -, é fruto de capacitação e de alta especialização, e implica uma clivagem rigorosa não só entre os que estão aptos a lê-la, mas também entre os que podem ou não empreendê-la. A tradução levada a termo parece radicar-se também em uma associação ancestral entre clero e letramento, conquanto esta seja absorvida em um agrupamento maior, o da *gens des lettres* ou da *Respublica Litterarum*, de que participa o juiz do enfrentamento, o Conde da Ericeira. Um outro ponto importante a ressaltar em nossa análise diz respeito à comunhão entre tradutor e leitorado, pensando-se que o modelo genérico efetuado na tradução não só exige reconhecimento por

parte do auditório, mas obriga os que não o conhecem a conhecerem-no, caso queiram participar do grupo de leitores aptos a apreciar a justeza do trabalho empreendido por Frei Jacinto de São Miguel; ou seja, como diz Walter Ong (1980, p. 134), "He or she (o autor) must provide readers with models that real readers are used too or can adjust to readily", asserção válida também para o caso da operação tradutória que ora analisamos. Pode-se também afirmar como hipótese de trabalho que a tradução levada a termo por Frei Jacinto de São Miguel considera a operação tradutória tão completamente como operação escriturária, que atualiza nela um entendimento de gramática concorrente com aquele presente, por exemplo, em Fernão de Oliveira, ou seja, gramática não como arte que tem como objeto a linguagem em sua expressão oral – conquanto a impacte –, mas como arte que tem como objeto a escrita e que regra a escritura, proposta essa evidente na relação entre gramática e *grammata*:

It (a gramática) had originated as the Science not of language as such but specifically of writing, of texts: *technē grammatike* in ancient Greek meant the "art of letters" (*grammata*, letters of the alphabet): the etymology of the term shows the initial focus of the art (ONG, 1980, p. 134).

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Poetics**. Edited and translated by Stephen Halliwell. Cambridge: Harvard University Press, p. 1-142, 1995.
- BARROS, J. de. **Grammatica da língua Portuguesa**. Olyssippone: Apud Lodovicum Rotorigiũ, 1540.
- BLUTEAU, D. R. **Vocabulário Portuguez & Latino** [...]. Autorizado com Exemplos dos Melhores Escriptores Portuguezes, & Latinos, e Offerecido a El-Rey de Portugal Dom João V pelo Padre Dom Rafael Bluteau [...]. Lisboa Occidental: Pascoal da Sylva, tomo VIII, 1721.
- BOLGAR, R. R. **The Classical Heritage and Its Beneficiaries**. Cambridge: Cambridge University Press, 1954.
- BUESCU, M. L. C. **Gramáticos portugueses do século XVI**. Lisboa, Lisboa: Bertrand, Biblioteca Breve, vol. 18, 1978.
- CARVALHO, M. do S. F. de. **Poesia de agudeza em Portugal**. São Paulo: HUmanitas/Edusp, 2007.
- CERTEAU, M. de. Montaigne's "Of Cannibals": The Savage "I". In: **Heterologies: Discourse on the Other**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1986, pp. 67-79.
- CHARTIER, R. **À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- CICERUS. M. T. **De inventione; De optimo genere oratorum; Topica**. Edited and translated by H. M. Hubbell. Cambridge: Cambridge University Press, Loeb Classical Library, 1949.

- CURTIUS, E. R. **Literatura europeia e Idade Média Latina**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.
- DOLET, E. **La maniere de bien traduire d'une langue en aultre**. Lyon: Dolet, 1540.
- ESTIENNE, R. **Traicte de la grãmaire Francoise**. Paris: Robert Estienne, 1557.
- GANDAVO, P. de M. de. **Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa, com um Dialogo que adiante se segue em defensam da mesma lingua**. Lisboa: Antônio Gonsalves, 1574.
- GOODY, J. **The Logic of Writing and the Organization of Society**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HANSEN, J. A. **A sátira e o engenho. Gregório de Matos e a Bahia do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. Agudezas seiscentistas. **Floema**, Caderno de Teoria e História Literária, 2A, Especial João Adolfo Hansen, p. 85-110, 2006.
- _____. Anatomia da sátira. In: VIEIRA, B. V. G. & THAMOS, M. **Permanência Clássica**. Visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana. São Paulo: Escrituras, p. 145-169, 2011.
- KRISTEVA, J. **Introdução à semanálise**. 2 ed., São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LEBRIJA, A. **Gramática Castellana**. Reproduction de l'édition princeps (1492). Publiée avec une préface par E. Walberg. Halle: Max Niemeyer, 1909.
- LEITE, M. Q. **O Nascimento da Gramática Portuguesa**. Uso & Norma. São Paulo: Humanitas/Paulistana, 2007.
- OLIVEIRA, F. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Lisboa: 1536.
- ONG, W. J. Latin Language Study as a Renaissance Puberty Rite. **Studies in Philology**, vol. 56, n° 2, p. 103-124, 1959.
- _____. Oral Residue in Tudor Prose. **PMLA**, vol. 80, n° 3, p. 145-154, 1965.
- _____. Reading, Technology, and the Nature of Man: an Interpretation. **The Yearbook of English Studies**, vol. 10, Literature and Its Audience, p. 132-149, 1980.
- PÉCORA, A. **Teatro do sacramento**. São Paulo: Edusp, 1994.
- SAMÓSATÁ, L. de. **Arte Historica de Luciano Samosatino**. Traduzida de Grego em duas versões Portuguezas pelos Reverendos Padres Fr. Jacintho de S. Miguel, Chronista da Congregação de S. Jeronymo, e Fr. Manuel de Santo Antonio, Monge da mesma Congregação em Portugal. Dadas à luz pelo P. Joseph Henriques de Figueiredo, Presbytero do Hábito de S. Pedro, e Capelão da Rainha Nossa Senhora. Dedicadas ao Excelentíssimo Senhor D. Francisco Xavier Joseph de Menezes, Conde da Ericeira, do Concelho de sua Magestade, Deputado da Junta dos Três Estados. Lisboa: Officina da Musica, 1733.
- SAMOSATENSIS, L. **Lucianus de Ratione Conscribendae historiae**. Nurembergae, Fridericū Peypus, 1515.

SILVA, M. P. **As notas históricas no poema épico *Vila Rica* de Cláudio Manuel da Costa.** 288 fl. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

TODOROV, T. **Simbolismo e interpretação.** Lisboa: Edições 70, 1980.

VEYNE, P. **Como se escribe la historia. Foucault revoluciona la historia.** Madrid: Alianza Editorial, 1994.

VILLALÓN, C. de. **Gramatica Castellana. Arte breue y compendiosa para saber hablar y escriuir em la lengua Castellana côngrua y decentemente.** Anvers: Guillermo Simon, 1558.

ZUMTHOR, P. **Essai de poétique médiévale.** Paris: Seuil, 1972.

ANEXOS

Figura 2. Lucianus de Ratione Conscribendae Historiae

**QVO PACTO HISTORIA CON-
SCRIBI OPORTEAT.**

¶ Ferūt Abderitas, formose Philon, Lysimacho regnate, talem inuasisse morbum. febrī acuta ac vehementi confestim sub initū, populariter cuncti corripiebant. septimū inde circiter diem, nōnullis sanguis multus e naribus pfluens, alijs vero sudor copiosus supueniens, febrem dissoluit. vnde in risum a gritudo illa demū cōuersa est, omnes enī ad tragœdias recitandas impellebant, ac Iambi-
ca ad modum vociferantes decantabant.

Ad philonem quem dā scribit

(Fonte: SAMOSATENSIS, 1515, sem numeração).

Figura 3. Excerto de tradução de Jacinto de São Miguel

TRADUCC, AÕ
do Reverendo Padre
Fr. JACINTHO DE S. MIGUEL,
Chronista da Congregaçã de São
Jeronymo.

PRIMEIRA VERSAM.

Dizem, ó egregio Filo, af-
saltou aos Abderires :
reynando já Lifima-
cho, huma enfermidade
desta maneira. Primei-
ramente todos vulgar-
mente adoeciã de febre forte, e conti-
nua logo do primeiro dia. Perto pôrem
do dia setimo, a huns correndo hum
fluxo de fangue pelos narizes, sobre-
vindo a outros hum suor copioso, appla-

applicara este a febre. Mas hum affecto
ridiculo lhes transformava os entendi-
mentos, porque delirantes todos, se
provocavaõ a representar Tragedias,
recitavaõ versos Jambos, e gritavaõ
muito.

(Fonte: SAMÓATA, 1733, sem numeração).

Figura 4. Excerto de tradução de Frei Manuel de Santo Antônio

TRADUCC, AÕ
do Reverendo Padre
Fr. MANOEL DE S. ANTONIO
Monge da Congregação de S. Jeronymo,
e Bibliothecario do Real Mosteiro de
Belem.

SEGUNDA VERSAM.

Dizem, ó honrado Filio,
que reynatido já Liff.
macho, deu nos Abder-
tes esta doença. Primeira-
mente adoeceia todos
em geral de febre, ao principio logo
ardente, e continúa. Porém no sereno,
a huns com hum grande fluxo de sang-
ue pelos narizes, e a outros com hum
 suor, também copioso, se despedia a
 febre. Mas transformoulhe os entendi-
mentos em huma loucura, digna de ri-
so. Porque lhes dava a todos em repres-
sentar Tragedias, recitar versos Jamb-
icos, e gritar muito.

(Fonte: SAMÓSATA, 1733, sem numeração).

*Recebido em julho de 2017.
Aprovado em novembro de 2017.
Publicado em dezembro de 2017.*

SOBRE OS AUTORES

Marcello Moreira é doutor em Literatura Brasileira pela USP (2000) e mestre em Filologia e Língua Portuguesa (1994) e doutorado pela mesma Universidade (2000). Atualmente é professor pleno da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Desenvolve pesquisa sobre as relações entre filologia e campo historiográfico, além de uma outra, com João Adolfo Hansen, sobre a oratória no Império Português - séculos XVI e XVII. Ganhou com seu livro *Critica Textualis in Caelum Revocata? Uma Proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de*

Matos e Guerra (Edusp, 2011) o Prêmio Jabuti na categoria "crítica literária", e também o Grande Prêmio da Crítica da Associação Paulista de Críticos de Arte (2015) pela edição e estudo da poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra, em coautoria com João Adolfo Hansen.

E-mail: moreira.marcello@gmail.com.

Milena Pereira Silva é doutora em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Pesquisa as relações entre memória e notas históricas no gênero épico nas práticas letradas do Império Português do século XVIII.

E-mail: p.silva.milena@gmail.com